

## **Declaração Conjunta da XXV Cimeira Luso-Espanhola**

**Porto, 9 de Maio de 2012**

Realizou-se no Porto a XXV Cimeira luso-espanhola, presidida pelo Primeiro-ministro português, Pedro Passos Coelho, e pelo Presidente do Governo espanhol, Mariano Rajoy Brey que reflectiu a natureza particular da relação entre Portugal e a Espanha.

A presença de membros de Governo de ambos os países permitiu uma discussão sobre as áreas mais relevantes da relação bilateral, a definição de novas áreas de cooperação e de calendários com vista à resolução de questões de interesse mútuo.

Foram ainda discutidas as questões mais relevantes da agenda europeia e internacional que revelaram uma convergência de pontos de vista e as vantagens de uma contínua concertação a nível político e diplomático.

Coincidindo a Cimeira com o Dia da Europa, data que celebra o momento fundador da União Europeia, ambos os Governos salientaram o significado que a adesão à UE teve para os dois países e para o seu relacionamento bilateral.

Esta Cimeira teve lugar num momento em que a Europa se defronta com desafios particularmente exigentes. Neste contexto, os Chefes de Governo acentuaram que, apesar do grau de incerteza associado à evolução dos mercados, foi iniciado um caminho de reformas, coordenado tanto ao nível da União Europeia como dos seus Estados Membros, e tomado um conjunto importante de decisões que tornaram mais sólidos os fundamentos do euro e o sistema de governação económica na União Europeia.

Reiteraram ainda o firme empenho nas medidas de consolidação orçamental e nas reformas estruturais com vista a empreender a sustentabilidade das finanças públicas e sublinharam que, apesar das situações e desafios serem diferentes, os objetivos são comuns: estabilidade, crescimento, emprego, prosperidade.

Reforçaram ainda o empenho em intensificar a cooperação no plano europeu, aprofundar as agendas de crescimento e emprego e articular as estratégias sobre as iniciativas

relativas ao emprego jovem.

Foi ainda reafirmado o importante papel que tem o orçamento comunitário para a promoção do crescimento e do emprego, em ligação com a Estratégia Europa 2020, e a vontade de trabalhar de forma coordenada no âmbito das negociações do próximo Quadro Financeiro Plurianual. Os dois Governos destacaram a importância da Política de Coesão enquanto elemento estruturador do desenvolvimento económico e social da União Europeia e catalisador do crescimento na Europa. Consideraram ser assim necessário assegurar a complementaridade da Política de Coesão com as outras políticas da União para alcançar o máximo impacto dos investimentos comunitários, no quadro do grande rigor orçamental existente na Europa.

Ainda neste contexto, foi considerada uma prioridade comum a defesa das Regiões Ultra Periféricas e do seu estatuto e a necessidade do próximo Quadro Financeiro Plurianual estar ajustado à realidade destas regiões.

Foi ainda sublinhada a urgência de reforçar a ação do Banco Europeu de Investimentos cujo financiamento é fundamental para apoiar projectos de investimentos geradores de emprego e crescimento. Neste contexto o apoio às pequenas e médias empresas e às micro empresas é especialmente importante.

Ambos os Governos convergiram igualmente na necessidade de defesa de uma Política Agrícola Comum que responda aos objetivos e expectativas projetadas para o futuro neste setor. Foi ainda acordada a necessidade dos dois Governos defenderem a elegibilidade de investimento no regadio no futuro quadro regulamentar, bem como o apoio a instrumentos de gestão de riscos.

Além do mais os dois Governos comprometeram-se a manter a situação atual no quadro da proposta do Regulamento da Organização Comum de Mercados de direitos reduzidos para os contingentes tarifários de importação de milho e sorgo para Espanha e milho para Portugal.

Acordaram ainda na necessidade de defender uma Política Comum de Pescas que confira uma maior relevância aos aspetos relativos à dimensão económica, social e à vertente externa, e que contemple igualmente medidas para a renovação da frota.

Os Chefes de Governo consideraram ainda que a dimensão externa é um dos aspetos essenciais da estratégia de crescimento da UE e que é necessário reforçar o relacionamento com outros blocos regionais, nomeadamente com países e regiões com os quais temos especiais laços históricos.

O Primeiro-ministro português e o Presidente do Governo espanhol estiveram igualmente presentes na Cimeira Empresarial luso-espanhola dinamizada pelo sector privado.

Foi ainda sublinhado o papel essencial que o Turismo representa nas suas economias e o papel da indústria turística enquanto criadora de emprego e riqueza incluindo nos períodos de dificuldades económicas. Ambos os Governos assinalaram ainda a necessidade de reforçar a colaboração mútua, partilhando estratégias e análises e reafirmaram o seu compromisso na colaboração em destinos distantes através de acções de promoção conjunta. Neste sentido, saudaram ainda a realização no próximo dia 5 de junho do II Fórum Ibérico dedicado ao turismo que terá lugar em Barcelona.

Os Chefes de Governo presidiram ao III Conselho Luso-Espanhol de Segurança e Defesa, no âmbito do qual foram identificadas iniciativas comuns nas áreas da formação, treino e desenvolvimento tecnológico-militar, tendo sido constatado o estreito grau de cooperação e a identidade de interesses que unem Portugal e Espanha nas áreas da Segurança e Defesa.

A NATO e a União Europeia têm em curso importantes iniciativas nos domínios da partilha e mutualização de capacidades militares com vista a responder aos novos desafios na área da segurança e da defesa no quadro de austeridade financeira sentida em todo o espaço euro-atlântico. Portugal e Espanha pretendem apresentar projetos comuns nesta área, na

qual se consideram parceiros naturais.

Manifestaram, ainda, o mútuo empenho na Política de Segurança e Defesa da União Europeia, na Aliança Atlântica e no Diálogo 5+5, com o objetivo partilhado de contribuir para a Paz e Segurança Internacionais, dentro dos valores fundamentais do respeito pelos Direitos Humanos e guiados pelos princípios da Carta das Nações Unidas.

No domínio da administração interna, os dois Governos congratularam-se pela estreita relação de cooperação existente e reafirmaram o compromisso de continuar a aprofundar esta cooperação.

Reafirmaram ainda a importância da segurança dos cidadãos e da prevenção e luta contra o terrorismo, a criminalidade organizada, bem como a luta contra as redes de imigração ilegal e o tráfico de seres humanos e acordaram em trabalhar no sentido de garantir, a breve trecho, a interoperabilidade dos sistemas de vigilância costeira e a possível submissão a financiamento comunitário, e promover a realização de controlos móveis sazonais, com início no verão de 2012. A este propósito, decidiram igualmente convocar, no prazo de três meses, as reuniões dos Sub-Grupos de Trabalho – previstos no Memorando de Entendimento assinado em fevereiro de 2010 entre o Secretário de Estado da Segurança e o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna – e dedicados ao Crime Organizado e ao Terrorismo, respetivamente.

Decidiram ainda convocar um Grupo de Trabalho no prazo de três meses para estudar a alteração ao Protocolo Adicional sobre cooperação técnica e assistência mútua em matéria de proteção civil, e assumiram o compromisso de analisar a possibilidade de ampliar a intervenção fronteiriça e a cooperação mútua neste domínio.

Os dois Governos comprometeram-se ainda a impulsionar a criação de uma plataforma informática para fins de proteção civil, o SICLE (Sistema de Informação para a Colaboração Luso – Espanhola).

Congratularam-se ainda pela assinatura do Acordo administrativo sobre cooperação em

matéria de formação entre a Escola Nacional de Proteção Civil de Espanha e a Escola Nacional de Bombeiros de Portugal.

Na área da Justiça, os Governos de Portugal e Espanha reconhecendo as dificuldades de registo civil de um cidadão com dupla nacionalidade pela diferença da ordem de apelidos, considerando o facto de existir jurisprudência comunitária sobre este tema e a necessidade e importância de permitir que os cidadãos com dupla nacionalidade possam ter o mesmo nome e apelidos em Portugal e Espanha, acordaram em desenvolver todos os esforços para rapidamente solucionar este problema.

Os dois Governos congratularam-se com a assinatura de um Memorando de Entendimento no Domínio da Medicina Legal e Forense como um sinal do progressivo estreitamento da cooperação bilateral no campo da Justiça.

Comprometeram-se ainda a prosseguir os seus esforços para incluir no âmbito Ibero-americano a cooperação no âmbito da Justiça, assumindo um papel activo na implementação dos instrumentos já existentes, fomentando um Espaço de Justiça Ibero-americano.

Os Chefes de Governo sublinharam a importância da cooperação transfronteiriça enquanto pilar estratégico da relação bilateral, congratularam-se com os resultados da VI Comissão luso-espanhola para a Cooperação Transfronteiriça que teve lugar em Castelo Branco no passado dia 7 de maio e saudaram o papel dos Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial.

Ambos os Governos acordaram que o empreendedorismo de base local deverá constituir uma política prioritária ao nível da cooperação transfronteiriça e que as autarquias, em especial as comunidades intermunicipais portuguesas e as diputaciones espanholas, em estreita ligação entre si, poderão assumir-se como veículos privilegiados na identificação de novos projetos de empreendedorismo.

Ambos os Governos reafirmaram o seu compromisso com o desenvolvimento de uma

política de concorrência industrial que estimule um processo de contínua adaptação às mudanças tecnológicas e à globalização por forma a fazer face aos novos desafios e se aproveitem as oportunidades emergentes. Assim, e com o objectivo de potenciar a competitividade industrial, reconheceram a importância de melhorar o quadro legal, o mercado de capitais, o mercado laboral, e o mercado de bens e serviços.

Os Chefes de Governo exprimiram a sua satisfação por, no âmbito da Comissão Internacional de Limites, se ter procedido ao reforço da cooperação bilateral nas fronteiras terrestres e fluviais e afirmaram o seu empenho em, uma vez concluídos os estudos necessários, assegurar a navegabilidade dos rios Minho e Guadiana.

Os dois Governos reiteraram ainda o seu empenho em aprofundar a aplicação e o desenvolvimento da Convenção de Albufeira, aproveitando o atual momento de finalização dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica e de preparação dos Planos Nacionais da Água para retomar de forma mais intensa os trabalhos.

Acordaram ainda em elaborar de forma conjunta a nova geração de Planos de Gestão de Região Hidrográfica para as bacias compartilhadas, devendo desde já promover estudos e projetos conjuntos.

Na Cimeira foi assinado um acordo sobre o mútuo acesso de embarcações de pesca artesanal da Região Autónoma da Madeira e das Canárias.

Os Governos de Portugal e Espanha decidiram desenvolver uma ação conjunta de implementação da Convenção Europeia da Paisagem, através de um projeto-piloto comum para definir critérios de qualidade da paisagem para as unidades de paisagem transfronteiriças já definidas.

Ambos os Governos comprometeram-se a continuar o trabalho coordenado, com a Comissão Europeia, tendo em vista diminuir os impactos da seca que este ano se tem feito sentir, nomeadamente na agricultura e a criação de pecuária extensiva.

Na Cimeira foi assinado o Acordo de Cooperação relativo à constituição do Parque Internacional Tejo/Tajo e assumido o compromisso em desenvolver todos os esforços com vista à assinatura do Protocolo de implementação do Acordo tão breve quanto possível.

Os dois Governos declararam considerar o combate ao deficit tarifário uma prioridade na política energética de ambos os países, tendo presente que é um problema estrutural que afecta ambos.

Acordaram dar os passos necessários para que se criem as condições regulamentares adequadas para a eliminação da dupla tarifação (pancaking) nos troços de interligação Portugal- Espanha a partir de 2013, harmonizando assim a tarifa de interligação de gás natural, em conformidade com o princípio da neutralidade dos custos para os dois países.

Decidiram ainda avaliar, técnica e economicamente, e calendarizar a execução da terceira interligação de gás entre Portugal e Espanha, analisando a previsão da procura, e trabalhar em conjunto no quadro do debate sobre o pacote europeu de ajuda financeira às grandes infra-estruturas de eletricidade e de gás. E ainda desenvolver esforços para garantir que a solução encontrada para o Hub ibérico de gás integre os agentes económicos de ambos os países. Decidiram ainda estreitar as relações nas áreas de eficiência energética.

Em matéria de transportes, ambos os Governos tomaram nota dos trabalhos do grupo que analisa o Serviço Internacional "Lusitânia Comboio Hotel" para que seja encontrada uma solução que viabilize a ligação ferroviária entre as duas capitais ibéricas em condições de serviço atrativas e financeiramente sustentáveis.

No quadro das propostas apresentadas pelo grupo de trabalho luso-espanhol para o estudo da optimização da ligação ferroviária Porto – Vigo, foi decidido um melhoramento progressivo e substancial deste serviço em duas etapas: inicialmente através da sua potenciação como serviço internacional e, numa segunda fase, a médio prazo, através de

uma actuação sobre a infra-estrutura ferroviária. Estas duas etapas estão intimamente ligadas e devem conduzir ao objectivo de, tão próximo quanto orçamentalmente possível, as duas capitais regionais terem um serviço de qualidade capaz de ser competitivo, em tempo e em custo, com a ligação rodoviária atual, contribuindo assim para a redução do impacto ambiental e sustentabilidade económica desta infra-estrutura ferroviária.

As Partes reafirmam o seu empenho no desenvolvimento do transporte ferroviário de mercadorias, entre Portugal, Espanha e o resto da Europa, de forma a aumentar a competitividade das empresas do espaço ibérico, no contexto transeuropeu. Neste âmbito, reafirmou-se a importância estratégica das ligações em bitola europeia entre Lisboa-Sines-Caia-Madrid-Irún e Aveiro-Salamanca-Irun a concretizar o mais rapidamente possível. Foi ainda acordada a eletrificação da ligação entre Vilar Formoso e Medina del Campo, do lado espanhol, em 2015, contribuindo assim, ainda antes da construção da nova infra-estrutura, para a melhoria da eficiência do transporte de mercadorias dos portos e exportadores para o resto da Europa.

No âmbito desta Cimeira foi também abordado o tema dos sistemas de pagamento de portagens nas autoestradas dos dois países. Em simultâneo, os Governos congratularam-se com a assinatura de dois Memorandos de Entendimento que permitirão a criação de novos meios de pagamento à disposição dos cidadãos espanhóis e destacaram a assinatura por parte das empresas que integram o projecto-piloto da interoperabilidade do Memorando de Entendimento relativo à interoperabilidade da cobrança electrónica de portagens nas estradas portuguesas e espanholas, o qual prevê a realização de um projecto-piloto Norte de Portugal – Galiza, com início em 1 de Julho de 2012 e a extensão da plena interoperabilidade ao resto do território ibérico no 3º trimestre de 2012.

Ambos os Governos reafirmaram a urgência de, a curto prazo, se reunir a Comissão Mista Luso Espanhola (CMLE) para as questões das infra-estruturas, para analisar as necessidades de reabilitação das pontes internacionais.



Exprimiram a satisfação pelos avanços conseguidos quanto ao estabelecimento do Bloco Funcional de Espaço Aéreo (FAB SW) entre Portugal e Espanha, no quadro do Céu Único Europeu, e incentivam o esforço conjunto para cumprir o calendário estabelecido pela Comissão Europeia sobre este assunto.

Reconheceram ainda com agrado o trabalho desenvolvido no âmbito da gestão do espectro, e os acordos que têm vindo a ser firmados entre as autoridades reguladoras dos dois países, nomeadamente o Acordo para a Radiodifusão Televisiva Digital Terrestre.

Reafirmaram também a intenção de cumprir os seus compromissos no âmbito da Agenda Digital Europeia, congratulando-se, particularmente, com o acordo alcançado a nível europeu relativamente à aprovação do novo regulamento sobre itinerância (roaming), que irá permitir a diminuição progressiva das diferenças entre as tarifas de itinerância e as tarifas nacionais em benefício dos cidadãos e que terá um impacto particular nas zonas transfronteiriças.

Ambos os Governos congratularam-se com a assinatura de um Memorando de Entendimento no Âmbito do Ensino não Superior e da Língua estabelecendo um Plano de Atuação para a promoção das línguas portuguesa e espanhola nos sistemas educativos de ambos países, e favorecendo o intercâmbio de informação em matéria educativa, designadamente no quadro da formação profissional e da avaliação do sistema educativo.

Neste contexto, acolheram ainda com satisfação os progressos na negociação de Memorandos de Entendimento que, à semelhança do que já ocorre com a Junta da Extremadura, permitirão a incorporação do português como língua estrangeira de opção curricular noutras Comunidades Autónomas.

Reiteraram o seu compromisso em impulsionar a cooperação na área do Ensino Superior e congratularam-se com a assinatura de um Memorando de Entendimento relativo a um Diálogo Regular no Domínio do Ensino Superior.

Os dois Governos reafirmaram o seu compromisso em dar um impulso conjunto adicional

ao Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia (INL), acordando, nomeadamente, conforme as suas disponibilidades orçamentais, contribuir para o funcionamento operacional da infraestrutura, intensificar colaborações com instituições de outros países, promover o INL a nível internacional e recrutar investigadores de excelência. Neste quadro, acordaram iniciar o processo de adesão de novos Estados-Membros, com vista à integração do Laboratório no quadro das infraestruturas científicas de referência da UE.

Reafirmaram ainda o seu compromisso de reforçar a cooperação em matéria de Ciência e Tecnologia, incluindo a mobilidade de investigadores, o lançamento conjunto de iniciativas científicas e a participação em programas de financiamento a I&D&I, bem como a uma maior articulação no aprofundamento de atividades em áreas de interesse comum.

No âmbito da I&D&I agroalimentar, ambos os Governos acordaram em manter uma colaboração estreita no processo de reforma do Regulamento Sobre Desenvolvimento Rural, iniciativa emblemáticas do Programa para a Inovação e Empreendedorismo (EIP) e do Programa Quadro de Investigação H-2020, assim como no fortalecimento das redes e projectos de interesse mútuo.

No âmbito do Emprego, os dois Governos acordaram ainda como prioridade de cooperação estratégica futura a promoção do emprego jovem e o desenvolvimento conjunto de políticas ativas de emprego.

Ambos os Governos comprometeram-se a colocar o emprego no centro das acções e políticas de recuperação económica para alcançar um crescimento forte, sustentável e equilibrado, renovando esforços para lutar contra o desemprego e promover empregos de qualidade, em particular para os jovens e grupos mais afectados pela crise económica.

Neste sentido, comprometeram-se a estudar e trocar experiências e boas práticas dirigidas à promoção do autoemprego e empreendedorismo, em particular entre os jovens.

Assinalaram ainda a importância do reforço da cooperação entre os organismos dos dois países na área da inspecção do trabalho.

No que diz respeito às matérias relativas à segurança social, os dois Governos manifestaram a importância de prosseguir a colaboração existente e o intercâmbio de boas práticas, em particular na luta contra a fraude, o controle de situações de baixa por doença e os procedimentos administrativos e eletrónicos conexos.

Ambos os Governos exprimiram a sua satisfação pela assinatura de um Memorando de Cooperação e Assistência Técnica em Matéria de Emprego e Condições de Trabalho e exprimiram a intenção de assinar o mais brevemente possível um Memorando de Cooperação em Matéria de Política Social e Segurança Social.

Na área da Saúde, ambos os Governos saudaram a cooperação desenvolvida entre os dois países na área da qualidade em saúde no quadro do Memorando de Cooperação Técnica de 2010, sublinharam a importância de assegurar uma prestação de cuidados de saúde de qualidade no contexto transfronteiriço e manifestaram ainda o interesse em dinamizar e aprofundar a cooperação nessa área, assim como na área da segurança do doente.

Reconheceram ainda a importância da cooperação estreita na transposição e implementação da Diretiva 2011/24/UE relativa ao exercício dos direitos dos doentes em matéria de cuidados de saúde transfronteiriços, celebrando acordos entre si, designadamente para: ultrapassar os obstáculos de aplicação e operacionalização, assegurar o acesso a cuidados de saúde transfronteiriços seguros e de qualidade e avaliar de potencialidades de optimização da organização da oferta de cuidados de saúde na zona transfronteiriça.

Os dois Governos congratularam-se pela assinatura de um Memorando de Entendimento no Domínio do Desporto.

Os Chefes de Governo manifestaram a sua satisfação pela entrega da 3ª Edição do Prémio Luso-Espanhol de Arte e Cultura ao Arquitecto Álvaro Siza Vieira e acordaram que a 4ª edição do Prémio seja dedicada ao espaço ibero-americano.

Acordaram igualmente no reforço da colaboração na organização das Mostras Portuguesa em Espanha e das Mostras de Espanha em Portugal, assegurando a sua regularidade e formato coordenado.

Os dois Governos reafirmaram o seu empenho no processo Ibero-Americano e acordaram intensificar o diálogo sobre os temas da agenda ibero-americana no quadro da preparação da XXII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo que se realizará nos próximos dias 16 e 17 de novembro em Cádiz e que será uma oportunidade para refletir sobre as prioridades futuras da agenda ibero-americana, tendo presente o atual contexto de austeridade.

Os Chefes de Governo tomaram nota das conclusões do II Fórum Parlamentar que teve lugar no Porto, nos dias 3 e 4 de maio e que constitui um relevante quadro de diálogo e aproximação na relação bilateral.

No final, o Presidente do Governo espanhol anunciou que a próxima Cimeira luso-espanhola terá lugar em Espanha, em 2013, numa cidade a determinar.